



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0004545-60.2011.2.00.0000**Requerente:** Vladimir Trizotto**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina**Advogado(s):** SC013968 - Leonardo Pacheco de Souza (REQUERENTE)

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO POR PROVIMENTO E REMOÇÃO NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ACUMULAÇÃO DE TABELIONATOS DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS. POSSIBILIDADE UMA VEZ CONFIGURADA A EXCEÇÃO DO ART. 26 DA LEI N. 8.935/1994. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A DESACUMULAÇÃO.

NOS TERMOS DO ART. 26 DA LEI N. 8.935/1994, A REGRA GERAL É A ESPECIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DESCRITOS NO ART. 5º, FICANDO A SUA ACUMULAÇÃO RESERVADA AOS MUNICÍPIOS ONDE NÃO SEJA POSSÍVEL, EM RAZÃO DO VOLUME DOS SERVIÇOS OU DA RECEITA.

NA HIPÓTESE, A ACUMULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TABELIONATO DE NOTAS E DE TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS EM 25 COMARCAS DECLINADAS PELO REQUERENTE SE JUSTIFICA POIS ESTAS SERVENTIAS CONFIGURAM A EXCEÇÃO PREVISTA NO ART. 26, CONSIDERANDO O A POPULAÇÃO E O QUADRO SÓCIOECONÔMICO DE CADA UMA.

NO CASO DAS COMARCAS DE BRUSQUE E ITAJAÍ É CABÍVEL A DESACUMULAÇÃO DOS TABELIONATOS DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS QUE O CONSELHO DA MAGISTRATURA DETERMINOU.

QUESTIONAMENTO DE PARTE DO EDITAL 47/2011 QUE REGULA O CERTAME. RAZÃO PARCIAL DO REQUERENTE. CORREÇÕES AO REGULAMENTO DO CONCURSO QUE SE FAZEM NECESSÁRIAS PARA: I) AFASTAR A APLICAÇÃO DO ARTIGO 12 DA LEI ESTADUAL N. 14.083/2007; II) DAR NOVA REDAÇÃO AO § 7º DO ARTIGO 6º; III) ALTERAR A REDAÇÃO DO ITEM '2' DO ARTIGO 20 DO REGULAMENTO DO CONCURSO, PARA INCLUIR MENÇÃO EXPRESSA NO SENTIDO DE QUE O CANDIDATO PODERÁ COMPROVAR SER BACHAREL EM DIREITO ATÉ A DATA DA OUTORGA DA DELEGAÇÃO; IV) MANTER OS PRAZOS DE RECURSO ESTABELECIDOS NO REGULAMENTO QUE REPRODUZEM CORRETAMENTE OS FIXADOS NA RESOLUÇÃO CNJ N. 81/2009;

SUGESTÃO DE REDAÇÃO MAIS PRECISA DO ARTIGO 3º DA RESOLUÇÃO CNJ N. 81/2009. POSSIBILIDADE. MODIFICAÇÃO PARA GARANTIR MAIOR CLAREZA DA NORMA QUE DEVE AGUARDAR MOMENTO OPORTUNO PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO.

PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE PARA DETERMINAR AO TJSC QUE PROCEDA ÀS CORREÇÕES DO REGULAMENTO DO CONCURSO DECIDIDAS NO PRESENTE PCA.

RELATÓRIO

Cuida-se de Procedimento de Controle Administrativo proposto por VLADIMIR TRIZOTO em face da Resolução n. 17/2010 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que aprovou o Regulamento do Concurso Público para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro do Estado de Santa Catarina, como também em face do Edital n. 703/2010, que divulgou a lista de serventias extrajudiciais vagas naquele Estado a serem ofertadas no próximo certame.

Aduz o requerente que:

(i) O TJSC publicou a Resolução nº 17/2010, aprovando o Regulamento do Concurso Público para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro do Estado de Santa Catarina, adequando-o tanto à Lei Estadual nº 14.083, de 2007, que dispõe sobre concursos para ingresso e remoção na atividade notarial e de registro em SC, como à Resolução nº 81/09 do CNJ, que dispõe sobre os concursos de provas e títulos para a outorga das Delegações de Notas e de Registro e que estabelece minuta de edital respectiva.

(ii) Esta Resolução já foi impugnada junto ao CNJ, através do PCA nº 0006132-54.2010.2.00.0000, que foi julgado parcialmente procedente, conforme a ementa que se transcreve:

“1. O concurso de remoção deve ser de provas e títulos, nos termos do art. 3º da Resolução n. 81 do CNJ. Entendimento firmado por este Conselho, à unanimidade, na Consulta n. 0003016-40.2010.2.00.0000 apreciada na 106ª Sessão Ordinária de 02/06/2010.

2. Não existe antinomia entre as disposições contidas no arts. 19 e 21 da resolução n. 17/2010 e aquelas dos itens 3.1 e 3.1.5 da minuta anexa à Resolução n. 81/2009, porquanto em se inscrevendo o candidato tanto para o provimento de cargo por concurso ou por remoção, deverá providenciar um pagamento para cada inscrição, sob pena de violação do princípio da isonomia.

3. Prevendo a Resolução n. 81/2009 do CNJ que a prova objetiva de seleção ou preliminar terá caráter somente eliminatório, a Resolução n. 17/2010 do TJ/SC a ela deve adequar-se, não pode lhe atribuir também caráter classificatório.

4. Conforme proclamou o Plenário deste CNJ na apreciação da Consulta n. 0003016-40.2010.2.00.0000, a minuta do Edital é taxativa no que se refere ao exame de títulos, devendo a Resolução n. 17/2010 adequar-se ao disposto no item 7 da minuta anexa à Resolução n. 81 do CNJ.

5. Pedido que se julga parcialmente procedente”.

(iii) Conforme o art. 7º da Resolução nº 17/2010, no ato da inscrição para o concurso, o candidato deve realizar tantas inscrições, e pagar tantas taxas quanto o número de categorias na modalidade de ingresso a que queira se inscrever, o que “afrontaria o princípio do amplo acesso aos cargos públicos por onerar demasiadamente os candidatos interessados em várias categorias”.

(iv) O CNJ, na Resolução nº 81/09, e na apreciação em plenário do mencionado PCA, embora tenha tratado da obrigatoriedade de pagamento de inscrição para cada critério de ingresso escolhido

(provimento e/ou remoção), não se manifestou acerca da necessidade de uma inscrição para cada uma das categorias da modalidade de ingresso (registro de imóveis, tabelionato de notas etc.).

(v) O Edital nº 703/2010, traz 27 Cartórios de Notas anexados aos Ofícios de Protesto de Títulos, o que fere o disposto nos arts. 5º, 26 e 49 da Lei Federal nº 8.935/94, uma vez que “aqueles ofícios possuem condições populacionais e socioeconômicas de funcionar de forma desacumulada.” Defende que se tal desacumulação não ocorrer antes do concurso, ela somente poderá ser levada a efeito com a próxima vacância, o que muito provavelmente só virá ocorrer dentro de muito tempo, situação que geraria grave ameaça à adequada prestação de serviços.

(vi) Há defeito na publicação do Edital nº 703/2010, que foi feita tanto no site do TJSC, quanto no DJe, pois apenas a publicação realizada no site do TJSC traz notas de rodapé sobre serventias que não serão incluídas no certame em razão de decisões judiciais. Tais notas não foram publicadas no DJe, o que pode prejudicar os participantes que tenham tido acesso ao edital apenas por meio deste.

(vii) Os incisos VI e VII do artigo 54 da resolução nº 17/2010-TJ ferem o ‘princípio constitucional da presunção de inocência’ por determinarem que o candidato apresente certidão negativa dos feitos criminais dos últimos dez anos e, ainda, declaração de que conste nunca haver sido indiciado em inquérito policial.

(viii) O TJSC disponibilizou a listagem de serventias vagas divididas em 05 (cinco) categorias (a saber: (i) Ofício do Registro de Imóveis, (ii) Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, (iii) Tabelionato de Protesto de Títulos, (iv) Ofício do Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas e (v) Escriwania de Paz.). Porém essa divisão preliminar por categoria não atende aos ditames do art. 3º da Resolução nº 81/09/CNJ, nem ao art. 16 da Lei Federal nº 8.935/94.

Requer o autor do presente PCA:

(a) seja determinado que o TJSC exija dos candidatos apenas uma inscrição para a modalidade de ingresso e apenas uma inscrição para a modalidade de remoção, independentemente de quantas categorias a que pretendam concorrer;

(b) sejam previamente desanexados todos os Tabelionatos de Notas dos Ofícios de Protesto de Títulos a serem eventualmente ofertados no certame que não se enquadrem na exceção prevista no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.935/94, transcrito: “Poderão, contudo, ser acumulados nos Municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços.”

(c) sejam sanadas as irregularidades na divulgação das vacâncias das serventias a serem ofertadas no concurso, com a publicação de novo edital de vagas com todas as anotações de impedimento das serventias que não serão oferecidas no próximo certame.

(d) sejam declarados inconstitucionais os incisos VI e VII do art. 54 da resolução nº 17/2010-TJ ou outra que venha a substituí-la e que tenha o mesmo

(e) seja publicada nova relação de serventias vagas, determinando que o TJSC se abstenha de dividir as delegações por categorias (Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto, Registro Civil e Escriwania de Paz) antes de sua ordenação por ordem de vacância

O requerente pede liminarmente e sem a oitiva do Tribunal que:

I) se impeça que qualquer procedimento ou ato fundado na Resolução nº 17/2010 ou qualquer outra que venha a substituí-la em razão do decidido no PCA nº 0006132-54.2010.2.00.0000, seja levado a efeito pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina até o final julgamento deste procedimento, e que caso já consumado algum ato com lastro nesta Resolução, que seja determinada a suspensão de seus efeitos.

II) se determine a suspensão dos efeitos do Edital nº 703/2010-GP, até a decisão final de mérito a ser proferida pelo CNJ ou que o TJSC publique novo edital de vagas.

Justifica o pedido de liminar nos seguintes termos:

(i) A concessão de medida liminar se faz necessária, pois visa impedir que o TJSC realize qualquer ato de realização do concurso até que suas regras estejam em conformidade com a legislação pátria e normas baixadas pelo CNJ.

(ii) Caso não concedida a medida liminar e, somente ao final sejam deferidos os pedidos de mérito, as inscrições que eventualmente venham a ser realizadas terão necessariamente que ser modificadas, pois os candidatos que se inscreverem em mais de uma categoria terão direito ao ressarcimento de suas inscrições e, assim, a base financeira para a realização do certame sofrerá danos que poderá desaguar na impossibilidade de sua conclusão.

(iii) É necessário que se regularize o certame de forma global, antes que o TJSC publique o edital de abertura do concurso, evitando dessa maneira seu retardamento ou mesmo o impedimento das outorgas das delegações.

(iv) Caso seja determinado somente *a posteriori* que o Tribunal unifique o quadro de serventias oferecidas no próximo concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e de registro em SC, sem a divisão por categoria de serviços, tal fato implicará na alteração dos critérios de provimento das serventias, fazendo com que os candidatos sejam obrigados a se inscrever em um certame sem saberem exatamente para quais delegações estarão concorrendo.

Por meio da DEC 8, indeferi o pedido de provimento liminar, entendendo não haver presença de perigo na demora da decisão final.

O requerido prestou informações alegando que:

(i) Está tomando as medidas possíveis para realizar as modificações na Resolução nº 17/2010-TJ, recomendadas pelo PCA nº 0006132-54.2010.2.00.0000, e tem o propósito de inseri-lo, com estas, na pauta de julgamento do Tribunal Pleno.

(ii) Está procedendo aos ajustes determinados pelo referido PCA, inclusive no tocante à exigência de inscrição para cada uma das categorias de provimento por ingresso e por remoção, desconsiderando a natureza das delegações.

(iii) Está adotando as medidas necessárias para que, no momento da abertura do certame, as serventias estejam ordenadas por ordem de vacância, independente da natureza das mesmas, conforme dita a Resolução n. 81/2009 do CNJ.

(iv) Não subsiste irregularidade no tocante à divulgação de listagem única com as inscrições para as modalidades de provimento por ingresso e por remoção, sem distinção de categoria, pois o

Edital n. 703/2010 divulgou a vacância das serventias de acordo com a natureza destas, apenas porque objetivava publicizar que as mencionadas delegações integrarão o futuro certame.

(v) Na publicação do instrumento convocatório para o certame, as serventias serão agrupadas e ordenadas de forma que seja possível determinar quais serão ofertadas para ingresso e quais serão ofertadas para remoção, independente da natureza destas.

(vi) A afirmação de discrepância entre as informações, trazidas pelo Edital 703/10 GP, prestadas no DJe e no site do TJSC, não procede, pois a falta de algumas informações deste edital no site foi corrigida com a sua correta publicação no DJe.

(vii) Quanto à alegada ilegalidade dos incisos VI e VII do art. 54 da Resolução 17/2010-TJ, a mesma está sendo revista e deverá ser adaptada aos moldes do item 4 da minuta anexa à Resolução 81/2009-CNJ.

O requerente manifestou-se (PET11) a respeito das informações prestadas pelo requerido, alegando que:

(i) O TJSC aprovou novo regulamento para o concurso, por meio da Resolução nº 47/2011, de 13/10/2011, revogando inteiramente a Resolução nº 17/2010.

(ii) Há a perda do objeto no tocante à exigência de apenas uma inscrição para a modalidade de ingresso e uma para a de remoção, pois a Resolução nº 47/2011 atende ao que foi decidido no PCA 0006132-54-2010.2.00.000.

(iii) No que diz respeito à publicação de listagem única contendo todas as serventias vagas quando da abertura do certame, não divididas pela categoria de seus serviços, tal fato somente poderá ser comprovado quando da efetiva publicação do edital de abertura do concurso, o que ainda não ocorreu e, caso seja atendida a determinação do CNJ neste sentido, tal modo de proceder induziria, neste ponto, em eventual perda de objeto. Todavia, alegando economia processual, o requerente pede que o CNJ se pronuncie desde já a respeito de tal determinação.

(iv) As delegações a serem ofertadas no certame se encontram vagas, sem titular efetivo, o que indica que o TJSC deveria determinar a desanexação daquelas serventias que preenchem os requisitos dos arts. 49 c/c 26 da Lei Federal n. 8.935/94, anteriormente ao certame, para que tais serviços sejam oferecidos desanexados no concurso.

(v) Também há perda de objeto no que diz respeito à inconstitucionalidade dos incisos VI e VII do art. 54 da Resolução nº 17/2010-TJ, já que a mesma foi revogada pela novel Resolução nº 47/2011.

(vi) O art. 1º da Resolução nº 47/2011 diz que o concurso se regerá pelo disposto na Resolução nº 81/09 do CNJ, na Lei Federal nº 8.935/94, no Regulamento do Concurso e no respectivo edital, naquilo que não contrariar a Constituição. No entanto, o TJSC olvidou-se que no Estado Catarinense existem leis específicas que regem os concursos desta natureza (Lei Estadual Complementar nº 183/99 e Lei Estadual nº 14.083/2007).

(vii) O art. 2º do Regulamento do Concurso, apesar de trazer transcrição literal do item 2.1.2 da minuta anexa à Resolução nº 81/09, possui redação confusa quando fala em “concurso de provas e títulos de remoção”, uma vez que o correto é a expressão “concurso de remoção de provas e títulos”. Assim sendo, o requerente afirma ser prudente que o CNJ determine a correção dessa redação (e,

também, do próprio item 2.1.2 da minuta anexa à Resolução nº 81/09-CNJ), para que não haja interpretação equivocada quanto ao texto da disposição do regulamento.

(viii) O disposto no § 7º do art. 6º do Regulamento do Concurso é desfavorável aos candidatos portadores de necessidades especiais.

(ix) O art. 20, “d” do Regulamento do Concurso prevê que, no ato da inscrição para o concurso de provimento, o candidato deve apresentar declaração de ser bacharel em direito até a data da outorga, o que incorre em ilegalidade, indo de encontro à Súmula 266 do STJ.

(x) O parágrafo único do art. 30 do Regulamento do Concurso prevê que a Prova de Seleção será distinta para cada critério de ingresso (provimento e remoção). No entanto, não estabelece que “Todas as questões terão o mesmo valor”, conforme a Resolução nº 81/09, o que indica, ao menos, a necessidade de questionar se as questões a serem aplicadas aos candidatos inscritos para ambos os critérios de ingresso terão os mesmos valores.

(xi) O art. 44 do Regulamento do Concurso limita a apresentação dos títulos a serem considerados para efeitos de pontuação, aqueles obtidos até a data da publicação do edital de abertura, como também aqueles iniciados antes desta data e concluídos antes do término do prazo das inscrições. Porém, a minuta anexa à Resolução nº 81/09 é omissa nesse aspecto. Assim, alegando que esse tipo de certame geralmente demanda grande período de tempo para serem finalizados, afirma o requerente que “seria de todo razoável” que o TJSC alterasse o novo Regulamento para considerar títulos numa data limite na fase final do concurso.

(xii) O art. 55 do Regulamento do Concurso, que trata de prazos para recurso, não pode deixar de considerar a previsão do art. 9º da Lei Estadual nº 14.083/2007 [regulamenta os concursos públicos para ingresso e remoção na atividade notarial e de registro no Estado de Santa Catarina], que determina que o prazo para recurso não poderá ser inferior a cinco dias úteis. Pede o requerente que o CNJ também se manifeste em relação a essa questão.

Verificada a insuficiência das informações prestadas em relação às serventias oferecidas com acumulação de tabelionatos de notas e de registro de protesto, requeri novos esclarecimentos, que o TJSC ofereceu no DOC 17, destacando que:

(i) a regra é a não acumulação de serviços cartorários, não se podendo esquecer que em situações excepcionais a desanexação não se mostra viável;

(ii) antes da divulgação inicial das serventias oferecidas no certame (Edital 103), realizou amplo estudo sobre as serventias com serviços acumulados e que as questionadas pelo requerente configuram a exceção prevista no artigo 26 da Lei 8.935;

(iii) todas as comarcas de Santa Catarina sempre mantiveram tabelionatos de protesto acumulados com os tabelionatos de notas;

(iv) com base em critério demográfico e sócio-econômico desacumulou o 2º Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos das comarcas de Brusque e Itajaí.

O requerente apresentou em 6/3/2012 nova petição (PET 26) reiterando os argumentos para a desacumulação de tabelionatos de notas e de protesto de títulos das vinte e cinco comarcas que constam do REQINIC 1. Pede que este Conselho examine o faturamento dessas serventias para

verificar se elas de fato configuram a exceção prevista no artigo 26 da Lei 8.935/94. Pede adicionalmente que sejam desacumulados os tabelionatos de notas e protesto de títulos das Comarcas de Chapecó, Tubarão e São João Batista cuja recentíssima declaração de vacância data de 6/1/2012. Afirma que o CNJ pode decretar de ofício todas essas desacumulações.

É o relatório.

VOTO

Por meio deste PCA, submeteu o requerente ao controle deste Conselho (i) a Resolução 17/2010 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, contendo o Regulamento do Concurso para Provimento e Remoção na Atividade Notarial e de Registro; e (ii) o Edital 703/2010, que publicou a relação de serventias vagas a serem oferecidas no referido certame.

Também é objeto de controle deste Conselho a Resolução TJSC 47/2011 que, revogando inteiramente a Resolução 17/2010, editou o novo Regulamento do concurso e foi por sua vez objeto de impugnações e questionamentos pelo requerente na PET 11, ao se manifestar sobre as informações que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina prestou neste Procedimento de Controle Administrativo (INF 9).

Para o requerente, com o novo regulamento do certame fixado pela Resolução n. 47/2011, perderam objeto os seguintes pedidos, acima relatados:

I - HAVER APENAS UMA INSCRIÇÃO PARA A MODALIDADE DE INGRESSO E UMA PARA A DE REMOÇÃO

Pedido atendido pela redação do art. 19 e parágrafos da Resolução n. 47/2011-TJ (novo Regulamento do Concurso);

II - A INCONSTITUCIONALIDADE DOS INCISOS VI E VII DO ART. 54 DA RESOLUÇÃO N. 17/2010-TJ

Pedido atendido em razão da revogação destes dispositivos pela nova Resolução n. 47/2011-TJ que adotou nesse ponto os comandos da minuta anexa à Resolução CNJ n. 81/09;

III – PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE SERVENTIAS VAGAS POR ORDEM CRESCENTE DE VACÂNCIA

Este pedido também perdeu seu objeto, uma vez que é dessa forma que o Edital n. 346/2011, que disciplina o certame, elenca as serventias vagas a serem disputadas pelos candidatos.

IV – DISCREPÂNCIA DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL N. 703/2010

Outro questionamento que penso ter perdido o objeto refere-se à discrepância da publicação da lista das serventias vagas constantes do Edital n. 703/2010, publicada com notas explicativas no sítio do TJSC e sem essas no Diário de Justiça eletrônico.

É que, além de ter sido republicado como requerido, o Edital n. 703/2010 perdeu sua validade com a publicação do Edital n. 346/2011, que disciplina o concurso ora em andamento e que apresenta, no seu

anexo I, a lista de todas as serventias oferecidas em ordem cronológica crescente de vacância e com a indicação das que estão *sub judice* (DOC 20).

Passo ao exame dos demais questionamentos submetidos a este Conselho no presente Procedimento de Controle Administrativo.

1) ILEGALIDADE DA PREVISÃO DE OUTORGA DA DELEGAÇÃO PELO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

O requerente impugna o disposto no artigo 1º quanto à questão da outorga da delegação disciplinada pelo *caput* do artigo 63, que determina que a outorga das delegações será feita pelo Presidente do Tribunal Pleno do TJSC.

Alega que nesse ponto deve prevalecer o disposto na Lei Estadual n. 14.083/2007, que em seu artigo 12 estabelece que a outorga das delegações será feita pelo Governador do Estado, após a homologação do resultado final do certame pelo Tribunal Pleno.

Este Conselho, no julgamento do PCA n. 8131-42, de relatoria do Conselheiro Milton Nobre, já afirmou a competência do Conselho da Magistratura do TJSC para rever ato do Governador do Estado referente à organização dos serviços extrajudiciais, inclusive no que se refere à acumulação e desacumulação de serviços de tabelionato e de registro.

Confira-se trecho do voto que se aplica à presente hipótese, *verbis*:

“Quanto à segunda preliminar, relativa à incompetência do Conselho da Magistratura para rever ato do Governador do Estado, entendo que essa, também, não deve prosperar, porquanto nos termos do art. 2º, I, da Resolução n. 14/2006 do TJSC, compete àquele Conselho deliberar sobre a acumulação e a desacumulação dos serviços notariais e de registro.

Some-se, ademais, que tal normativo encontra respaldo no art. 96, I, b, da CF/88 que atribui aos tribunais competência privativa para organizar seus serviços auxiliares”.

Ora, se o Poder Judiciário é competente para rever ato do Governador em questões relativas à organização judiciária, também o é para conferir a outorga aos delegatários dos serviços notariais e registrais aprovados em concurso realizado pelo próprio Tribunal de Justiça.

No mesmo sentido, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, como se pode ver do julgado mencionado no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento 373519, que negou seguimento a Recurso Extraordinário, relatados respectivamente pelos Ministros Gilmar Mendes e Nery da Silveira.

Confira-se a ementa do Acórdão do STJ mencionado na decisão do Supremo Tribunal Federal acima referida:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO. ATO DE EFETIVAÇÃO. NULIDADE, COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA A DECLARAÇÃO. - A competência para a declaração de vacância do cargo, designação de substituto e abertura de concurso, atribuída ao Poder Judiciário pela Lei no 8.935/94 (arts. 15 e 39), diploma legal que regulamentou o art. 236 da Constituição Federal, pressupõe também, por imperativo lógico, a atribuição de realizar as delegações dos serviços notariais e de registro. 2 - Sendo assim, não fere

direito líquido e certo da impetrante, a decretação sumária (súmula 473 - STF), pelo Presidente do TJSC, de nulidade do ato de sua efetivação na titularidade de serventia, em razão da declaração de inconstitucionalidade, pelo STF, do art. 14, do ADCT, da Constituição do Estado de Santa Catarina, bem como do deferimento liminar da suspensão da eficácia do artigo único da Emenda Constitucional no 10/86, daquela mesma Unidade Federativa. Precedentes desta Corte. 3 - Recurso ordinário improvido."

Não é outro o entendimento do STF no sentido de que compete exclusivamente ao Poder Judiciário a criação, implantação e fiscalização das normas regedoras da atividade notarial e registral, o que, por óbvio, abrange o ato de outorga das respectivas delegações.

Confira-se a ementa do julgamento da ADI n. 3151, Relator o Ministro Ayres Britto, especialmente o trecho sublinhado:

"EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 8.033/2003, DO ESTADO DO MATO GROSSO, QUE INSTITUIU O SELO DE CONTROLE DOS ATOS DOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO, PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS NOTÁRIOS E DOS REGISTRADORES, BEM COMO PARA OBTENÇÃO DE MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA QUANTO À AUTENTICIDADE DOS RESPECTIVOS ATOS. I - Iniciativa: embora não privativamente, compete ao Tribunal de Justiça deflagrar o processo de elaboração de leis que disponham sobre a instituição do selo de controle administrativo dos atos dos serviços notariais e de registro (alínea "d" do inciso II do art. 96 c/c § 1º do art. 236 da Carta Federal). II - Regime jurídico dos serviços notariais e de registro: a) trata-se de atividades jurídicas próprias do Estado, e não simplesmente de atividades materiais, cuja prestação é traspassada para os particulares mediante delegação. Traspassada, não por conduto dos mecanismos da concessão ou da permissão, normados pelo caput do art. 175 da Constituição como instrumentos contratuais de privatização do exercício dessa atividade material (não jurídica) em que se constituem os serviços públicos; b) a delegação que lhes timbra a funcionalidade não se traduz, por nenhuma forma, em cláusulas contratuais; c) a sua delegação somente pode recair sobre pessoa natural, e não sobre uma empresa ou pessoa mercantil, visto que de empresa ou pessoa mercantil é que versa a Magna Carta Federal em tema de concessão ou permissão de serviço público; d) para se tornar delegatária do Poder Público, tal pessoa natural há de ganhar habilitação em concurso público de provas e títulos, não por adjudicação em processo licitatório, regrado pela Constituição como antecedente necessário do contrato de concessão ou de permissão para o desempenho de serviço público; e) são atividades estatais cujo exercício privado jaz sob a exclusiva fiscalização do Poder Judiciário, e não sob órgão ou entidade do Poder Executivo, sabido que por órgão ou entidade do Poder Executivo é que se dá a imediata fiscalização das empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos. Por órgãos do Poder Judiciário é que se marca a presença do Estado para conferir certeza e liquidez jurídica às relações inter-partes, com esta conhecida diferença: o modo usual de atuação do Poder Judiciário se dá sob o signo da contenciosidade, enquanto o invariável modo de atuação das serventias extra-forenses não adentra essa delicada esfera da litigiosidade entre sujeitos de direito; f) as atividades notariais e de registro não se inscrevem no âmbito das remuneráveis por tarifa ou preço público, mas no círculo das que se pautam por uma tabela de emolumentos, jungidos estes a normas gerais que se editam por lei necessariamente federal. III - Taxa em razão do poder de polícia: a Lei mato-grossense nº 8.033/2003 instituiu taxa em razão do exercício do poder de polícia. Poder que assiste aos órgãos diretivos do Judiciário, notadamente no plano da vigilância, orientação e correção da atividade em causa, a teor do § 1º do art. 236 da Carta-cidadã. É constitucional a destinação do produto da arrecadação da taxa de fiscalização da atividade notarial e de registro a órgão público e ao próprio Poder Judiciário. Inexistência de desrespeito ao inciso IV do art. 150; aos incisos I, II e III do art. 155; ao inciso III do art. 156 e ao inciso III do art. 153, todos da Constituição Republicana de 1988. IV - Percepção integral dos emolumentos: a tese de que o art. 28 da Lei federal nº 8.935/94 (Lei dos Cartórios) confere aos notários e registradores o direito subjetivo de recebem integralmente os emolumentos fixados em lei jaz circunscrita às fronteiras do cotejo entre normas subconstitucionais. Assim, por se constituir em confronto que só é direto no plano

infraconstitucional mesmo, insuscetível se torna para autorizar o manejo de um tipo de ação de controle de constitucionalidade que não admite intercalação normativa entre o diploma impugnado e a Constituição República. V - Competência legislativa e registros públicos: o § 1º do art. 2º do diploma legislativo em estudo cria um requisito de validade dos atos de criação, preservação, modificação e extinção de direito e obrigações. Imiscuindo-se, ipso facto, na competência legislativa que a Carta Federal outorgou à União (CF inciso XXV art. 22). Ação julgada parcialmente procedente, para declarar a inconstitucionalidade, tão-somente, do § 1º do art. 2º da Lei nº 8.033/03, do Estado do Mato Grosso” (ADI 3151, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2005, DJ 28-04-2006 PP-00004 EMENT VOL-02230-01 PP-00119).

Por estas razões, afasto a aplicação do artigo 12 da Lei Estadual n. 14.083/2007, cujo teor ficou em desacordo com o art. 96, II, “d”, da Constituição Federal, segundo o qual compete aos Tribunais de Justiça a proposição ao Poder Legislativo de alteração da organização e da divisão judiciárias.

Assim, a previsão contida no *caput* do artigo 63 do Regulamento do concurso (Resolução TJSC n. 47/2011), que determina seja a outorga das delegações feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, não merece reforma e deve ser mantida integralmente, principalmente porque está de acordo com o que determina o artigo 13 da Resolução CNJ 81/2009, que deve vincular os regulamentos e editais de todos os concursos públicos para ingresso na titularidade dos serviços notariais e de registro.

Em arremate, vale registrar que este Conselho, em precedente fixado no julgamento da CONSULTA 0003016-40.2010.2.00.0000, Relator o Conselheiro Paulo Tamburini, já determinou que a Resolução CNJ 81/2009 se aplica integralmente a todos os concursos públicos para preenchimento e remoção da atividade notarial e de registro.

Confira-se trecho do voto proferido na referida Consulta:

“(…)

Desta maneira, tendo a Resolução Nº 81, deste Conselho Nacional de Justiça, obedecido estritamente os parâmetros constitucionais, deve ser esta aplicada em todo seu teor aos concursos públicos para o preenchimento das vagas de preenchimento e remoção da atividade notarial e de registro.

Assim, passa-se às respostas à presente consulta:

1) “Os próximos concursos públicos de ingresso e os concursos de remoção para delegação dos serviços de tabelionato a serem realizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais poderão ser regidos pela Lei Estadual nº 12.919, de 1998, ou deverão observar a Resolução nº 81, de 2009?”

- Todos os concursos públicos para preenchimento e remoção da atividade notarial e de registro devem ser regidos pela Resolução no. 81/2009 do Conselho Nacional de Justiça...” – grifei.

2) IMPRECISÃO DA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO REGULAMENTO DO CONCURSO

O requerente também questiona a redação do artigo 2º do Regulamento do Concurso (Resolução TJSC n. 47/2011), que inquina de imprecisa, *verbis*:

“(...) e o preenchimento de 1/3 (um terço) das delegações vagas far-se-á por concurso de provas e títulos de remoção...”

Sustenta que, apesar de trazer transcrição literal do item 2.1.2 da minuta anexa à Resolução nº 81/09, o citado dispositivo do Regulamento do Concurso possui redação confusa quando fala em “concurso de provas e títulos de remoção”, uma vez que o correto é a expressão “concurso de remoção de provas e títulos”. Assim sendo, o requerente afirma ser prudente que o CNJ determine a correção dessa redação (e, também, do próprio item 2.1.2 da minuta anexa à Resolução nº 81/09-CNJ), para que não haja interpretação equivocada quanto ao texto da disposição do regulamento.

Nesse ponto, em que pese ter razão o requerente quanto à conveniência de uma maior precisão na redação artigo 2º do Regulamento, que reproduz exatamente o art. 3º da Resolução n. 81/2009, entendo não ser o caso de alterá-la neste momento. O ato deste Conselho é relativamente recente e tem sido examinado e esclarecido pela jurisprudência do CNJ provocada pelos questionamentos de diversos interessados. Temo que a alteração da redação nessa fase de consolidação, por menor que seja, pode acarretar dúvidas e ensejar mais questionamentos. De todo modo, estou convencido de que a imprecisão é perfeitamente superável pelos esclarecimentos que já se mencionou e pelo próprio teor desta decisão.

Com sugestão, proponho que a Secretaria-Geral do CNJ anote e registre a pretensão formulada pelo requerente para que, posteriormente, caso se entenda conveniente rever a Resolução n. 81/2009, a alteração possa ser avaliada.

3) DA IRREGULARIDADE DA PREVISÃO DE ESCOLHA DE VAGAS PELOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS APROVADOS NO CONCURSO

O requerente ainda questiona o disposto no § 7º do artigo 6º, que trata da escolha de vagas pelos candidatos portadores de necessidades especiais aprovados no concurso.

O texto deste parágrafo expressa:

“§ 7º O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas oferecidas, utilizando-se das vagas reservadas somente quando, tendo sido aprovado, a classificação obtida no quadro geral de candidatos for insuficiente para habilitá-lo à nomeação. O candidato portador de necessidades especiais aprovado será classificado em lista geral de todos os candidatos e em lista específica de candidatos portadores de necessidades que concorrem às serventias reservadas, e, na realização da audiência pública de escolha das serventias, todos eles serão chamados a escolher, de modo que se obedeça a rigorosa ordem de classificação final.”

A segunda frase do parágrafo impugnado não é questionada pelo requerente uma vez que reproduz o item 2.1.4.2 da minuta que integra a Resolução CNJ n. 81/2009, com uma diferença mínima: a troca da expressão ‘quando da’(na Res. 81) para ‘na’(no Regulamento impugnado) que antecede o termo ‘audiência pública’.

O que o requerente impugna é tão somente o texto da primeira frase deste parágrafo que realmente se afigura desfavorável aos candidatos portadores de necessidades especiais.

E isso porque da redação impugnada infere-se que os candidatos portadores de necessidades especiais só poderão escolher uma das vagas a eles reservadas se não forem bem classificados na lista geral dos aprovados. Se forem bem colocados na classificação geral do concurso, ficariam alijados da escolha preferencial a que têm direito.

O comando do item 2.1.4.3 da minuta anexa à Resolução n. 81 do CNJ é esclarecedor por seu próprio teor, *verbis*:

“2.1.4.3 - A escolha pelo portador de necessidade especial de vaga destinada aos candidatos em geral implicará em imediata renúncia de sua inclusão na lista dos aprovados para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais.”

Como se vê o trecho da norma do concurso, de que se pede a supressão, impede que os candidatos portadores de necessidades especiais decidam se vão escolher serventia na lista das que lhe são destinadas ou na que se dirige aos demais candidatos, mesmo que obtenham uma boa classificação na lista geral dos aprovados no concurso.

Impõe-se, assim, a supressão desta primeira frase, mantendo-se na íntegra a segunda, cujo teor já é suficiente para assegurar aos candidatos portadores de necessidades especiais a garantia de reserva de vagas neste certame e de escolha de serventia tanto entre as que são oferecidas a todos os candidatos como entre as que se destinam aos candidatos portadores de necessidades especiais.

Desse modo o texto do § 7º do artigo 6º do regulamento do concurso poderá ter redação em semelhante teor:

“O candidato portador de necessidades especiais aprovado será classificado em lista geral de todos os candidatos e em lista específica de candidatos portadores de necessidades especiais que concorrem às serventias reservadas, e, na realização da audiência pública de escolha das serventias, todos eles serão chamados a escolher, de modo que se obedeça a rigorosa ordem de classificação final.”

Vale sublinhar que a nova redação deste parágrafo se integra perfeitamente a todo o conteúdo do *caput* e demais parágrafos do artigo 6º do Regulamento do Concurso (Resolução TJSC n. 47/2011).

4) MOMENTO DA DECLARAÇÃO DO CANDIDATO SER BACHAREL EM DIREITO

Impugna o requerente na PET 11 a exigência contida no Artigo 20, ‘d’, do Regulamento do concurso, que determina que o candidato, ao preencher o requerimento de inscrição, declare, sob as penas da lei, ser bacharel em direito.

Vale registrar que o Regulamento menciona neste dispositivo a Súmula n. 266 STJ, *verbis*: “O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.”

Assim, assiste razão nesse ponto ao requerente, mesmo que se considere que a mera referência à Súmula n. 266 garanta aos candidatos a possibilidade de comprovar a condição de ser bacharel em direito até à outorga da serventia para cuja delegação vier a ser aprovado no corrente certame.

Por isso, para conferir maior clareza a este dispositivo do Regulamento, determino que o requerido promova alteração no referido dispositivo para constar da redação do item '2' do artigo 20, menção expressa no sentido de que o candidato poderá comprovar ser bacharel em direito até a data da outorga da delegação atribuída ao candidato.

5) VALOR IGUAL DE TODAS AS QUESTÕES DAS PROVAS OBJETIVAS DE SELEÇÃO

Ainda na PET 11, postula o requerente que, no § único do artigo 30 do Regulamento, conste a expressão *“todas as questões terão o mesmo valor”*, como dispõe o item 5.5.1 da minuta de edital anexa à Resolução CNJ n. 81/2009.

Não merece acolhida a pretensão do requerente neste ponto, uma vez que o texto do *caput* do artigo 30 do Regulamento do certame não deixa sombra de dúvida de que todas as questões da prova objetiva de seleção terão o mesmo valor, como se pode ver da sua redação, *verbis*:

“Art. 30. A prova objetiva de seleção, com duração de 6 (seis) horas, de caráter eliminatório, sem consulta a livros, anotações ou comentários de qualquer natureza, constará de 100 (cem) questões, de igual valor, de proficiência jurídica, cujo conteúdo programático será especificado em edital, todas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas, e existirá apenas uma (1) opção correta.”

Vale notar que o parágrafo único do artigo 30, ora impugnado, se limita a indicar que o conteúdo da prova objetiva de seleção será distinto para cada critério de ingresso nas atividades cartorárias (provimento e remoção).

Por sua vez, o *caput* do artigo 11 do Regulamento é claro ao estabelecer que para ambos os critérios de ingresso haverá uma prova objetiva de seleção de caráter eliminatório, *verbis*:

“Art. 11. O concurso para os dois critérios de ingresso (provimento e remoção) compreenderá as seguintes fases, todas eliminatórias e classificatórias, à exceção da prova objetiva de seleção, que será eliminatória e da prova de títulos, que será classificatória...”

6) PRAZO PARA OBTENÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS

O requerente impugna o disposto no *caput* do artigo 44 do Regulamento do concurso, alegando que este dispositivo contém uma limitação temporal para a apresentação dos títulos com que os candidatos pretendem concorrer ao certame, *verbis*:

“Art. 44. A comprovação dos títulos, levada a efeito após a divulgação dos aprovados na prova oral, considerará, para pontuação, aqueles obtidos até a data de publicação do edital de abertura do concurso, como também os comprovadamente iniciados antes desta data e concluídos antes de finda a referida inscrição.”

A Resolução CNJ n. 81/2009 não estabelece um prazo determinado para a obtenção dos títulos a serem apresentados no certame, apenas indicando no item 7.3 da minuta de edital anexa a esta Resolução que a convocação para a apresentação dos títulos será feita por publicação no Diário da Justiça eletrônico.

Trata-se de uma lacuna da resolução que pode ser suprida pelo regulamento do concurso, em homenagem à autonomia dos Tribunais (art. 96, I, da CF/88).

Desse modo, não se tratando de limitação temporal incompatível com a Resolução n. 81 ou com qualquer outra disposição legal, tenho que não merece prosperar a pretensão do requerente de alterar o dispositivo.

7) PRAZOS DOS RECURSOS

O requerente questiona o artigo 55 do Regulamento, que estabelece prazos diferenciados, entre dois e três dias, para diversos eventos do certame, referindo-se à Lei Estadual n. 14.083 (estabelece as regras gerais para a realização de concurso público para ingresso na atividade notarial e registral em Santa Catarina) que em seu artigo 9º determina que o prazo para recurso não pode ser inferior a cinco dias úteis.

Pede que este Conselho se pronuncie sobre esta questão.

Os prazos estabelecidos pelo dispositivo ora questionado reproduzem os mesmos estabelecidos no item 10 da minuta integrante da Resolução CNJ n. 81/2009, que deve reger todos os concursos para ingresso na atividade notarial e registral.

Além do mais, os prazos de recurso estabelecidos na Resolução 81/2009 são específicos, ao contrário do genérico que a Lei Estadual estipulou, o que determina a prevalência do regramento do CNJ pelo princípio da especialidade.

Desse modo, não há o que alterar na redação do artigo 55 do Regulamento do concurso (Resolução TJSC n. 47/2011).

8) DESACUMULAÇÃO DOS TABELIONATOS DE NOTAS E DE PROTESTO DE TÍTULOS

Por fim, examino o questionamento do requerente quanto às 25 (vinte e cinco) serventias oferecidas no certame com a acumulação de tabelionato de notas e de protesto de títulos.

O requerente pretende que o CNJ determine ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina que efetive a desacumulação destes tabelionatos nas comarcas de Campos Novos, Fraiburgo, Anchieta, Papanduva, Tangará, Ibirama, Caçador, Brusque, Descanso, Coronel Freitas, Urubici, Rio do Oeste, Campo Belo do Sul, Modelo, Herval D'Oeste, Ipumirim, Itá, Jaguaruna, Guaramirim, Quilombo, São José do Cedro, Mafra, Imaruí, São Carlos e Catanduvas.

Argumenta que todas estas comarcas apresentam população suficientemente numerosa e bom desenvolvimento sócio-econômico que justificam a desacumulação pretendida.

Alega que o próprio TJSC, através da Resolução 08/05, adotou o critério demográfico ao criar por desdobro 30 novas serventias extrajudiciais.

Transcreve excerto do Ofício n. 2359/05 dirigido pelo então Vice-Corregedor-Geral ao Presidente do TJSC, documento que resultou na mencionada Resolução 08/05, de que se destaca o seguinte trecho:

“Referido quadro, o qual honra-me encaminhar a Vossa Excelência em anexo, levou em consideração a população e área territorial de cada município, a quantidade e a natureza de cada serventia, a localidade da qual o município foi desmembrado e também as datas de instalação das comarcas e respectivas serventias.

Com todos esses dados compilados tornou-se possível perceber, claramente, a necessidade de o Poder Judiciário enfrentar, sem mais tardança, o desafio de rever o quadro de serventias hoje existente (...).”

Vale destacar que o TJSC, nas primeiras informações prestadas (INF 9), não esclareceu suficientemente o questionamento da oferta dessas 25 serventias com os tabelionatos de notas e protestos de títulos acumulados, razão por que foram solicitados maiores esclarecimentos.

Pelas novas informações (DOC 17), o TJSC admite que a regra é a não acumulação dos serviços notariais e de registro, advertindo que em muitos casos há de prevalecer a exceção prevista no parágrafo único do artigo 26 da Lei 8.935/1994.

Mencionam essas últimas informações (DOC 17) que, antes do Edital 703, que publicou a primeira relação de serventias vagas oferecidas no presente certame, o TJSC realizou amplo estudo sobre as serventias com serviços acumulados através do Processo Administrativo n. 382616-2010.3, que levantou, entre outros, dados do IBGE relativos à estimativa da população, PIB per capita, número de estabelecimentos comerciais e industriais e respectivos empregados.

Como se verifica desse informe (DOC 17), o TJSC confirma seu entendimento no sentido de que os critérios demográfico e sócio-econômico devem ser utilizados para determinar a desacumulação ou a criação de serviços de notas e de registro.

As novas informações (DOC 17) em verdade se resumem no teor de decisão do então Presidente do TJSC, Desembargador José Trindade dos Santos, de cujo excerto nelas transcrito se destacam os seguintes pontos:

i – “(...)

Em síntese, todas as serventias extrajudiciais que constam da lista de vacâncias acostada aos presentes autos deveriam, nos termos da lei de regência, ser desacumuladas.

Entretanto, a própria Lei n. 9.835/1994 revela a exceção que permite a acumulação das atividades listadas no artigo 5º da referida norma.

Isso porque o parágrafo único de seu artigo 26 dispõe...”

ii – “(...)

E, nesse rumo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou as regras que devem ser observadas no caso de acumulação dos serviços notariais e registrais, conforme se depreende do art. 7º da

Resolução n. 80..."

iii – "(...)"

Por fim, cabe analisar a acumulação procedida nos tabelionatos de notas com os tabelionatos de protesto na lista de vacância.

Isso porque, com exceção da comarca de Tubarão onde o tabelionato de protesto estava acumulado com o ofício de registro de imóveis e agora funciona especificadamente como aquele, todas as comarcas de Santa Catarina mantiveram acumulados com o tabelionato de notas.

Contudo, ao meu sentir, estamos diante de um novo momento, principalmente com a edição da Resolução n. 80 do CNJ e com a observância da Lei n. 9.835/1994. Por isso, as comarcas maiores, com maior movimentação financeira, com grandes empresas, já suportam cartórios especializados, ou seja, tabelionatos de protesto desvinculados dos tabelionatos de notas."

Como se vê da parte final do excerto, o Tribunal adotou mais uma vez os critérios demográfico e sócio-econômico para decidir sobre essa questão.

São declinados dados do IBGE (DOC 17) nesse sentido para justificar tanto a desacumulação do 2º tabelionato de notas e protestos de títulos em Brusque e em Itajaí, como a manutenção da acumulação nessas 25 Comarcas questionadas pelo requerente, uma vez que não apresentam volume populacional nem densidade sócio-econômica suficientes para que se proceda à desacumulação requerida.

Em razão de todos esses fatos, estou convencido de que o TJSC agiu de acordo com as prescrições legais e que, pelo menos até o presente momento, não cabe o desmembramento das serventias indicadas.

Sobressai, assim, a adoção pelo TJSC do fator demográfico como critério principal para criar novas serventias extrajudiciais, seja por desdobro, seja por desacumulação.

Além do mais, consta a notícia (página www.registradores.org.br) de que o TJSC ultima projeto de lei para encaminhar à Assembléia Legislativa, em que propõe a criação de novos cartórios de registro de imóveis e tabelionato de notas com base exclusiva no critério demográfico, de modo que a cada 50.000 (cinquenta mil) habitantes a comarca receba um novo cartório dessas especialidades.

Registre-se também que, no requerimento inicial (REQINIC 1) foram apresentados dados do IBGE divergentes dos divulgados pelo TJSC em suas informações complementares (DOC 17), sendo certo que os números trazidos pelo requerente estão mais próximos dos resultados oficiais do censo de 2010.

Mesmo assim, nenhuma das 25 serventias oferecidas no certame com a acumulação de tabelionatos de notas e de protesto de títulos atinge o total de mais de 100.000 (cem mil) habitantes, o que justificaria a desacumulação das que atingissem esse quantitativo populacional, considerando o critério do projeto de lei mencionado que determina que a cada modulo de 50.000 (cinquenta mil) habitantes uma comarca catarinense se habilitaria a receber um novo cartório de notas ou de registro de imóveis.

Registre-se que dessas 25 comarcas apenas as de Caçador, com 81.714, Guaramirim, com 65.091, e Mafra, com 52.622, ultrapassam a marca de 50 mil habitantes. Entre 20.000 e 50.000 habitantes, aparecem as comarcas de Campos Novos, com 41.412, Fraiburgo, com 43.803, Jaguaruna, com 34.457, Papanduva, com 26.146, Herval d'Oeste, com 25.521, Ibirama, com 21.992, e São José do Cedro com 21.285 habitantes.

As demais 15 comarcas com acumulação questionada apresentam populações entre 8.156 a 18.329 habitantes.

Assim, o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina demonstrou que essas 25 serventias que acumulam tabelionatos de notas e de protesto de títulos se enquadram na exceção prevista no parágrafo único (*"Poderão, contudo, ser acumulados nos municípios que não comportarem, em razão do volume dos serviços ou da receita, a instalação de mais de um dos serviços"*) do artigo 26 (*"não são acumuláveis os serviços enumerados no art. 5º"*), da Lei n. 8.935/1994, não devendo ser desacomuladas.

De outro viés, não merece acolhida o pedido de último momento feito na PET 26 no sentido de que este Conselho, mesmo que de ofício, decrete a desacomulação dos 25 tabelionatos de notas e de protesto de títulos acima mencionados, como também do 2º Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos das Comarcas de Chapecó e de Tubarão e do Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos da Comarca de São João Batista cujas vacâncias datam de 6/1/2012.

Esses 25 tabelionatos de notas e protesto de títulos não devem ser desacomulados pelas razões já expostas.

Por sua vez, o 2º Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos das Comarcas de Chapecó e de Tubarão e o Tabelionato de Notas e de Protesto de Títulos da Comarca de São João Batista acabaram de ter declarada sua vacância, devendo sua desacomulação ser requerida primeiramente no âmbito do TJSC, ainda mais considerando que nenhuma destas serventias recentemente declaradas vagas constam das oferecidas no presente certame.

Por outro lado, o requerente questiona destacadamente a situação da Comarca de Brusque, onde o 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos continua acumulado, alegando que o 2º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos foi desacomulado com a criação do 2º Tabelionato de Notas e do 2º Tabelionato de Protestos de Títulos.

Pede que o 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Brusque também seja desacomulado, ao argumento de que o quadro demográfico e sócio-econômico desta comarca justifica tal medida.

Por sua vez, nas suas primeiras informações (INF 9) o TJSC não esclarece de maneira clara a situação da desacomulação dos 1º e 2º Tabelionatos de Notas e de Protestos de Títulos da comarca de Brusque.

Afirma o Tribunal (INF 9) que apenas o 2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos foi desacomulado, uma vez que o 1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos, informa ainda, não foi oferecido no presente certame em razão do RE 355852/SC ter conferido efeito suspensivo ativo ao decidido na Ação Cautelar 1782/SC

Contudo, o 1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos também foi desacomulado, conforme consta da certidão de julgamento do Conselho da Magistratura datada de 13/09/2010, das respectivas informação e certidão de vacância e da Resolução TJSC/CM n. 10/2010, documentos devidamente reproduzidos no DOC 24 deste PCA.

Considerando a numerosa população das comarcas de Brusque, com 103.944, e de Itajaí, com 182.484 habitantes, impunha-se realmente a desacumulação do 1º e 2º Tabelionatos de Notas e de Protestos de Títulos da Comarca de Brusque e o 2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos da Comarca de Itajaí, na forma do art. 26 da lei n. 9.835/1994.

Assim, constata-se o equívoco tanto do requerente como do Tribunal que não se deram conta da efetivação da desacumulação do 1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Título de Brusque.

Por essas razões, o pedido do requerente para que se proceda à desacumulação do 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Brusque perdeu o objeto.

Ante o exposto, VOTO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido para:

1. afastar a aplicação do artigo 12 da Lei Estadual n. 14.083/2007 nos Concursos para Provimento e Remoção na Atividade Notarial e de Registro no Estado de Santa Catarina;
2. determinar que o TJSC providencie a alteração do texto do § 7º do artigo 6º do regulamento do concurso para que passe a ter redação como a seguinte:

“O candidato portador de necessidades especiais aprovado será classificado em lista geral de todos os candidatos e em lista específica de candidatos portadores de necessidades especiais que concorrem às serventias reservadas, e, na realização da audiência pública de escolha das serventias, todos eles serão chamados a escolher, de modo que se obedeça a rigorosa ordem de classificação final.”

3. determinar que o TJSC providencie a alteração da redação do item ‘2’ do artigo 20 do regulamento do concurso, de maneira que do texto conste menção expressa no sentido de que o candidato poderá comprovar ser bacharel em direito até a data da outorga da delegação atribuída ao candidato.
4. determinar que os prazos de recurso estabelecidos na Resolução 81/2009 são específicos, ao contrário do genérico que a Lei Estadual estipulou, o que determina a prevalência do regramento do CNJ pelo princípio da especialidade.

Comuniquem-se as partes.

Após, remetam-se os autos à seção competente para o acompanhamento do cumprimento desta decisão, conforme o disposto no art. 104 do RICNJ.

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por JOSÉ GUILHERME VASI WERNER em 09 de Março de 2012 às 00:51:35

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
859c5cdb1e3d2bf140f3f4dbc85ddcbc



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1106637**



12032618520200000000001105929